



INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA: A ESCOLA ESTÁ PREPARADA? ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO RECIFE

Thalita Desirree Lemos ¹
Maria de Souza Cavalcante ²

RESUMO

A escola passou por várias mudanças em relação a inserção de pessoas com deficiência. No que diz respeito à inclusão educacional de pessoas com Transtorno do espectro autista (TEA), no Brasil esse direito torna-se garantido com a Lei nº 12.764/2012, onde pessoas com TEA, passam ser consideradas pessoas com deficiência. Sendo assim, o presente trabalho realizado a partir da disciplina de Transtorno do Espectro Autístico do curso de pedagogia da UFPE, tem como finalidade refletir sobre a seguinte problemática: Como a escola pesquisada se prepara para realizar um bom atendimento educacional especializado ao aluno com TEA? A pesquisa realizada em uma escola municipal do Recife é qualitativa de caráter etnográfico, utilizando-se de coleta de dados e técnicas etnografias: observação participante, entrevista e a análise documental. A escola observada tem 133 alunos com diversas deficiências, em sua maioria TEA. Em entrevista, a AEE diz ser essencial o uso das tecnologias assistivas e a parceria com a família com finalidade de garantir o desenvolvimento dos alunos, bem como a promoção de atividades de sensibilização, visando assim romper com as barreiras atitudinais. Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP), percebe-se que a Inclusão é tida como um dos princípios, e é destacado que a escola se propõe a “desenvolver projetos inclusivos conforme políticas públicas”, em busca da equidade. Considera-se que a escola pesquisa encontra-se preparada para receber os alunos no espectro autístico, bem como os alunos com demais tipos de deficiência física ou intelectual.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autismo, Educação Especial, Desenvolvimento, Sala de Recursos Multifuncionais, Projeto Político Pedagógico.

1 Graduanda do Curso de **pedagogia** da Universidade Federal - UFPE, thalitapedagoga13@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de **pedagogia** da Universidade Federal - UFPE, mari13_cavalcante@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade de forma geral ainda é um grande desafio. Isso acontece principalmente pelo fator do contexto histórico-social, que desde sempre as tratou como inválida e incapaz, vendo-as apenas por sua deficiência, e sem condições de romper barreiras, sejam elas físicas ou intelectuais. Para Lima e Silva “As pessoas com deficiência têm, desde sempre, convivido com a confusão entre o que realmente são, pessoas humanas, e o que se pensa que elas são: deficientes” (2007, p.2).

As pessoas com deficiência foram tratadas por muitos anos de forma clínica, ou seja, por médicos e profissionais de saúde, com atendimentos voltados a tratamentos terapêuticos voltados para a saúde e não para a aprendizagem. Sendo assim a educação era vista como desnecessária, não sendo diferente com as pessoas no espectro autístico, que segundo Lima, Cavalcanti e Souza em sua mais recente classificação do autismo no DSM-V (APA, 2013) considera como uma categoria denominada transtorno do neurodesenvolvimento, que recebe o nome de transtorno do espectro do autismo (TEA). (LIMA, CAVALCANTI, SOUZA, 2016).

A escola, parte integrante, e porque não dizer, propagadora de discursos e currículos ocultos reverberados de e em uma sociedade, passou a fazer parte deste contexto histórico muitos anos depois. No Brasil, essa mudança ocorre por volta da década de 60, porém, o que havia era uma perspectiva de segregação e higienização da pessoa com deficiência para com as pessoas típicas. A escola, sob um estigma de “educação especial” passou por várias mudanças em relação a integração de pessoas com deficiência ao ambiente escolar, graças a muitas lutas traçadas por essas pessoas e suas famílias, que conquistaram direitos assegurados pela lei, superou-se desde as escolas especiais, classes e professores especiais, chegando hoje ao paradigma da Educação Inclusiva. No que diz respeito à inclusão educacional de pessoas com TEA, no Brasil, esse direito a educação passa a ser garantido como lei a partir de 2012, com a Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, na qual passam ser consideradas pessoas com deficiência, tendo assim os mesmos direitos de outras pessoas com outras deficiências.

A educação inclusiva defende o direito da pessoa com deficiência ao acesso e



permanência ao ensino regular, de forma a garantir sua aprendizagem de forma plena, mediante aos recursos necessários, respeitando suas limitações, assim como, deve desta mesma forma, garantir sua avaliação, além de assegurar-lhe tratamento igual aos demais, livre de todo e qualquer tipo de preconceitos ou barreiras. Segundo Glat, Pletsch e Fontes (2007, p.344):

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível acesso e permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem.

Partindo deste pressuposto, o presente trabalho tem como finalidade refletir sobre a seguinte problemática: Como a escola pesquisada se prepara para realizar um bom atendimento educacional especializado ao aluno com TEA?

Salientamos que este trabalho é de extrema relevância para as pesquisadoras, bem como para a graduação de licenciaturas e seus futuros docentes, visto que, é preciso conhecer, analisar e refletir de maneira crítica sobre o espaço educacional onde as crianças com TEA são incluídas, de forma que enquanto futuros docentes busquem lutar para garantir a esses alunos o acesso, permanência e a garantia de aprendizagem durante sua vida escolar.

A escola escolhida para essa pesquisa está situada no município do Recife/PE, que tem as seguintes modalidades de ensino: 12 turmas no turno da manhã, 12 turmas a tarde, sendo estas do fundamental I e 6 turmas a noite (duas de EJA e duas de ProJovem). Os dados de 2019 apontam que há um número elevado de alunos com deficiências (físicas e/ou intelectuais) sendo cerca de 64 alunos com diagnóstico e 64 alunos em processo de avaliação (Acredita-se que cerca de metade desses alunos esteja no espectro).

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo geral: Refletir sobre como a escola pesquisada está preparada para atender ao aluno autista. Busca especificamente, compreender como a escola se organiza em seu ambiente físico com seus profissionais, e recursos para atendimento desses alunos, e analisar como/se a PPP da escola aborda a educação inclusiva e se há alguma especificidade ao transtorno do espectro autístico.



METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, por este tipo de pesquisa caracterizar-se pela busca de resultados a partir da interação entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Onde o pesquisador é o principal instrumento da coleta de dados, com ênfase no processo de construção e não nos resultados finais do estudo (ANDRÉ, 2005).

Para a coleta dos dados foram utilizadas técnicas de pesquisa relacionadas a etnografia: a observação participante, a entrevista e a análise documental. A observação participante é definida por aquela onde ocorre a interação do pesquisador com a situação estudada, a afetando e sendo afetado (ANDRÉ, 2005, p.24). Foi observada a prática profissional e pedagógica de uma professora da sala de AEE e uma pequena entrevista semiestruturada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O autismo tem ganhado visibilidade na Legislação e nas Políticas Públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, dentre outras. Entre algumas delas: A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015 que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco. Entretanto, essa visibilidade se dá principalmente devido a entrega e dedicação de pais e familiares de crianças no espectro que lutam incansavelmente pelos direitos dos seus familiares com transtorno do espectro autístico.

O espectro especificamente, diz respeito a um conjunto de diferentes manifestações, condições que envolvem os domínios: sociais, da linguagem e comunicação, do comportamento, considerada uma díade de alterações do desenvolvimento, o que torna cada sujeito com TEA único. (LIMA, CAVALCANTI, SOUZA, 2016). Portanto, cada sujeito no espectro é um ser singular, desta forma, necessita de compreensão e auxílio único, devendo ser respeitado nas suas limitações, mas estimulado a se desenvolver em sua plenitude.



Segundo a Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em seu “Art. 1º, § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. (BRASIL, 2012).

Portanto, a pessoa no espectro tem de uma política inclusiva garantidos. Ao que tange a educação de pessoas no espectro essa deve ser realizada a partir de um paradigma de educação inclusiva e atendimento educacional especializado. Para melhor compreensão geral acerca dos direitos das pessoas no transtorno a Lei 12.764/2012 declara:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência. (BRASIL, 2012)

Para melhor compreender a como deve ocorrer a inclusão de pessoas com deficiência é preciso compreender seu contexto histórico e social, bem como deve estar organizado o ambiente escolar para o atendimento educacional especializado, os profissionais que viabilizam este atendimento e a constante luta ao rompimento de barreiras, principalmente a barreira atitudinal.

A educação Inclusiva surge, na década de 90, como um movimento mundial que defende e busca garantir educação de qualidade para todos, no ensino regular em todas as



modalidades de ensino. No documento do Ministério da Educação, que trata sobre a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, esta perspectiva de educação:

“constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”.
(BRASIL, 2008, p. 01).

A educação inclusiva propõe que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, cultural ou de desenvolvimento estudem em classes regulares. Isso requer que as escolas, passem por mudanças de caráter estrutural e cultural, para que os alunos que possuem algum tipo de Necessidade Educacional Específica (NEE) não só tenham acesso à escola, mas construam os conhecimentos propostos pelos documentos curriculares de ensino, junto aos demais alunos e participem de todas as atividades de cunho pedagógico. Para que isto aconteça, entre outras coisas, a escola terá que estabelecer a flexibilização do currículo, garantir a acessibilidade de locomoção e comunicação nas suas dependências, e o desenvolvimento de metodologias práticas pedagógicas que atendam a todos. Entende-se aqui, Necessidade Educacional específica (NEE), como entendida por Glant, Pletsch e Fontes (2007), como “uma condição individual e específica de alunos que possuem dificuldade de aprendizagem, independente de ter deficiência ou não. Por isso estes precisam de diferentes formas pedagógicas e/ou suportes educacionais, bem com tempos diferenciados”.

No que diz respeito as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), também conhecidas como sala de recursos multifuncionais, são o principal espaço de atuação dos professores especializados em Educação Especial. A implementação dessas salas foi determinada pelo Decreto de 6571/2008, com o fornecimento de apoio técnico e financeiro para as mesmas. Essas salas são “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2010, p. 5)”. O documento intitulado “*Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais*” reitera que:

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da



organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. (2010, p. 6).

As Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da *Resolução CNE/CEB nº4/2009*, onde ficou definido que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituições especializadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (Brasil, 2009, p. 2)

A oferta do AEE deve constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola prevendo na sua organização:

“I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III - Cronograma de atendimento aos alunos;

IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - Professores para o exercício do AEE;

VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;



VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (BRASIL, 2009, p. 2)

Devem trabalhar nas salas de AEE professores com formação inicial para docência, e com formação específica para educação especial. Estas salas não devem ser o único local em que este profissional deve atuar; sua atuação deve acontecer em todos os ambientes escolares, na sala de aula, no pátio, no refeitório, visto que os alunos com deficiências circulam nesses espaços e podem precisar desse suporte.

É preciso estar consciente, ainda, que a efetividade da inclusão somente ocorrerá de forma plena a partir do rompimento de barreiras, que anulam a pessoa com deficiência sua acessibilidade e liberdade. Sasaki descreve seis dimensões de acessibilidade:

“As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).” (SASSAKI, 2009, p. 1- 2).

Todas essas dimensões têm como intuito garantir qualidade de vida e liberdade de locomoção a todas as pessoas com deficiência ou não, garantindo-lhes equidade de direitos. Ao que tange ao ambiente escolar e a inclusão de pessoas com deficiência, tais dimensões devem estar todas asseguradas, pois, caso qualquer uma delas não seja colocada em prática, seja por um ou por todos os membros da escola, estará por comprometer todo processo de equidade e garantia de direitos.

É importante salientar, que a barreira atitudinal dentro da escola se dá de diversas formas, pois o preconceito está em pequenas atitudes que se toma, ou deixa-se de tomar. Está na forma com que se sente e como se faz o outro se sentir. A escola é uma partícula de uma sociedade que ainda estereotipa e marginaliza pessoas com deficiência, pois, apesar da existência das leis e convenções, a construção de um contexto histórico cheio



de olhares preconceituosos, ainda não se extinguiu totalmente. Existe também um olhar “penoso” em relação as pessoas com deficiência, olhar esse, que faz com que as pessoas hajam de maneira exagerada em seus olhares e atitudes, e dessa forma não percebiam que suas atitudes são preconceituosas e desmerecem a capacidade das pessoas com deficiência, pois as limita de sua independência. Para Lima e Silva “As barreiras atitudinais, porém, nem sempre são intencionais ou percebidas. Por assim dizer, o maior problema das barreiras atitudinais está em não as removermos, assim que são detectadas.” (2007, p.5)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola foi observada por um mês. Possui 133 alunos com diversas deficiências, em sua maioria TEA (transtorno do espectro autismo), acredita-se que mais da metade dos alunos esteja em diferentes níveis do espéctro. Desses 133 alunos, 69 com diagnóstico e outros 64 em avaliação, a espera de um laudo médico. A escola conta também com uma grande equipe de profissionais, entre eles: 6 AADEEs designados para escola, sendo que apenas 5 estão trabalhando efetivamente, 32 estagiários, sendo 10 estagiários pela manhã, 14 a tarde e 8 no turno da noite. Além de 4 AEE’s e cerca de 40 professores; se levar em consideração as demais funções, a escola conta com o total de 110 funcionários. A escola possui 12 salas de aula e 2 salas de Recursos multifuncionais que são utilizadas para atendimento no contra turno, além de apoio pedagógico para professores e estagiários (apoio). Para análise, foi entrevistada Professora AEE, e observada a escola e mais especificamente a sala de contra turno.

A escola não possui barreiras arquitetônicas, possui banheiro, salas de aula, refeitório, jardim, biblioteca, espaços de convivência completamente acessíveis.

A entrevista com a professora que estava disponível na escola na data da pesquisa não pode ter maior aprofundamento, pois, a mesma tinha uma formação ofertada pela rede. Em breve conversa com a mesma informa que tem sua formação como professora de magistério e psicologia. Atua como professora de AEE há quase 3 anos. Diz que não tem certeza, mais acredita que a sala de Recursos Multifuncionais da escola em específico funciona desde 2011.



Segundo a Professora do AEE, o atendimento no contra turno se iniciou na metade no primeiro semestre do ano (2018), mas ainda não é possível ofertar o atendimento a todos os alunos, devido à grande demanda nos três turnos, além da dificuldade de algumas famílias em levar os alunos para escola 2 vezes em um mesmo dia.

A escola tem 2 salas de recursos multifuncionais, ambas são idênticas, contendo em cada uma: 4 armários, 2 mesas de atendimento, 1 mesa positivo, 1 estante de livros e brinquedos, 2 notebooks e 1 impressora. Os armários possuem grande número de materiais e jogos pedagógicos estando além do dos materiais que são indicados no “Documento Orientador – Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. A Professora informa que além dos materiais enviados pela prefeitura, a escola recebe doações de jogos e materiais, além de produzir muitos deles manualmente.

Questionada quanto ao uso de tecnologia assistiva, a Professora de AEE afirma que o uso das tecnologias assistivas é essencial para o desenvolvimento das crianças, não só ao que tange a adaptação de materiais didáticos, bem como materiais adaptados para a realização de tarefas básicas do dia a dia, como se alimentar, ir ao banheiro, etc. A mesma afirma ainda, que há uma parceria com a família, e com um marceneiro, amigo antigo da escola, além de costureira, para fabricação de materiais que auxiliem a vida dos alunos não só na escola, mas também em suas casas e quando necessário os alunos são encaminhados para profissionais específicos para fabricação de materiais específicos, como próteses por exemplo.

Ao analisar o documento referente a PPP da escola, percebe-se que a Inclusão é tida como um dos princípios, e é destacado que a escola se propõe a “desenvolver projetos inclusivos conforme políticas públicas”, em busca da equidade. Na parte em que se refere ao “Plano de Metas e Ações” na escola, a inclusão também é destacada, com as seguintes atividades: “Promoção da semana da pessoa com deficiência, realização de momentos de formação envolvendo a equipe pedagógica (estagiários, professores, coordenação e itinerantes do AEE) a fim de promover a discussão sobre as especificidades dos alunos atendidos pela escola e dar subsídios para os profissionais envolvidos nesse processo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este trabalho buscou compreender como a escola pesquisada se prepara para realizar um bom atendimento educacional especializado ao aluno com TEA. Diante de tudo que foi observado, e as informações obtidas, conclui-se que a escola pesquisa encontra-se preparada para receber não só os alunos no espectro autístico assim como também os alunos com demais tipos de deficiência física ou intelectual. A escola em questão, apesar de mostra-se sobrecarregada e ainda não conseguir fazer o atendimento do contra turno, tem profissionais capacitados e preocupados com o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos; materiais pedagógicos variados que são utilizados a partir do uso de tecnologias assistivas utilizadas a variar da necessidade específica de cada aluno, além da parceria com a família dos alunos e profissionais específicos como costureira, marceneiro, dentre outros. Dessa forma, é possível perceber que apesar das dificuldades encontradas, a concretização das políticas públicas e o rompimento de barreiras variadas, aliada ao uso de tecnologias assistivas e bons profissionais, faz com que seja possível que uma escola esteja preparada para dar acessibilidade, permanência e garantir desenvolvimento e aprendizagem aos alunos com transtorno do espectro do autismo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. São Paulo: **Papirus**, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em: 22.jun.2018.

_____, Lei n°. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 dez, 2000.

_____, Lei n°12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o §



3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

_____, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial.** Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009.

_____, BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: **Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**, 2010.

GLANT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista do Centro de Educação**, v. 32, núm. 2, 2007, p. 343-355.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: **Atlas**, 2003.

LIMA, F. J; SANTOS, F. T. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola, 2007.

LIMA, A. R.; CAVALCANTE, T. C. F.; SOUSA, V. P. A. 2016. Práticas pedagógicas em educação inclusiva: **COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS**. Recife: **Editora Universitária da UFPE**, 2016. 120 p.: il.

NUNES, C., MADUREIRA, I., Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**. P. 126 - 143. 2015.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.